

Resenha

Barbárie e civilização

Ana Carolina Costa Benevides Leite¹

A obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, foi escrita por Friedrich Engels em 1884, sendo sua primeira edição publicada nesse mesmo ano e a quarta e última edição em 1892. É evidente que ao analisar o desenvolvimento da divisão do trabalho, do aparecimento e avanço do comércio e o surgimento das trocas mercantis, além da formação do Estado, o livro de Engels contribui sobremaneira para a compreensão das transformações que levaram à dissolução das sociedades escravistas antigas e feudais e, portanto, aos elementos que contribuíram para o surgimento do capitalismo. No entanto, é preciso dizer que a relevância da obra, na verdade, consiste em analisar as transformações que levaram à desagregação das sociedades primitivas (ou originárias, como se diz hoje), com suas formas familiares, sem propriedade privada, sem classes sociais e sem Estado, para as sociedades divididas em classes sociais, fundadas na propriedade privada e na exploração do trabalho humano, nas quais se coloca a necessidade da estrutura familiar monogâmica e do Estado.

Nesse livro, Engels analisou de forma crítica a transformação da estrutura familiar primitiva cujos anseios não estavam pautados na acumulação de riqueza, para a família monogâmica, que corresponde à forma familiar adequada à existência da propriedade privada dos meios de produção e à exploração da força de trabalho, base social de toda a opressão do homem sobre as mulheres. Para tal, Engels se debruçou sobre a obra *Sociedade Antiga, ou Pesquisas nas linhas do progresso humano, do estado selvagem até a civilização*, passando pela *Barbárie*,

¹ Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Segurança Social: Previdência Social, Saúde e Assistência Social pela Faculdade Ademar Rosado (FAR). Mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN.

de Lewis Henry Morgan, além de suas próprias pesquisas sobre a história da Grécia, de Roma, da antiga Irlanda, dos antigos germanos, etc.

A presente resenha expõe a discussão feita no capítulo IX cujo título é *Barbárie e civilização*. Engels, nesse ponto, estudou as condições econômicas da organização gentílica da sociedade no estágio superior da barbárie e no início da civilização. Para isso, ele destacou a importância de *O Capital*, de Marx, tanto quanto o livro de Morgan para desvelar os aspectos desse processo de formação da sociedade.

Engels abordou a dinâmica de ramificação de uma tribo em várias *gentes*, de modo que essa organização consistia em um sistema simples capaz de satisfazer por completo as necessidades, bem como aquilo que tange à resolução de conflitos seja dentro ou fora desse agrupamento. Para Engels (2019, p. 147), *“Este é o aspecto grandioso da constituição gentílica, mas também sua limitação: nela não há lugar para dominação e escravização”*. Nesse sentido, houve também um alinhamento natural no que se refere à concepção de direitos e deveres, bem como a inexistência da divisão das *gens* em classes diferentes.

A divisão do trabalho se dava entre os dois sexos. O homem era responsável pela guerra, caça, pesca, por conseguir matéria-prima para alimentação e as ferramentas indispensáveis a esses processos. Por sua vez, a mulher era encarregada de cuidar da casa, de preparar a alimentação e o vestuário, cozinhar e costurar. Homem e mulher tinham sua área própria de atuação e eram proprietários dos instrumentos que fabricavam. Engels frisou que a economia doméstica consistia em uma dinâmica comunista, uma vez que ela incluía muitas famílias, sendo tudo aquilo que era feito e utilizado em conjunto de propriedade comum.

Contudo, é imprescindível resgatar a análise de Leacock (2010) acerca da obra de Engels em relação ao debate sobre o trabalho doméstico, sobretudo pelo apontamento de que *“o trabalho doméstico era comunal e a divisão de trabalho entre sexos era recíproca; a economia não envolvia a dependência da mulher e dos filhos do marido”* (Ibidem, p. 253). Ademais, salientando a perspectiva de que *“o grande serviço doméstico coletivo era a comunidade, e dentro dele os dois sexos trabalhavam para produzir os bens necessários ao sustento”* (Ibidem, p. 254). Logo,

Como na sociedade comunal primitiva as decisões eram tomadas pelos que as executavam, a participação das mulheres numa parte maior do trabalho socialmente necessário não as reduzia a uma possível escravidão, como é o caso da sociedade de classes, mas outorgava-lhes poder de decisão proporcional à sua contribuição (Ibidem, p. 255).

Em alguns lugares, as pessoas não se mantiveram nesse estágio. Engels apresentou o contexto da Ásia, onde houve a domesticação e criação de animais. De modo que, nesse cenário, deu-se a *primeira grande divisão social do trabalho*. Com a produção em maior escala que o necessário para a subsistência foi possível a realização de uma troca regular, a princípio desde que ela não ultrapassasse os limites da tribo. Mais tarde, ela passou a acontecer entre uma tribo e outra por meio de seus líderes. Quando os rebanhos se tornaram propriedade privada, essa troca passou a ser no âmbito individual. Para efetivação dessa troca, o gado passou a exercer a função da mercadoria dinheiro.

O tear e a fusão de minérios de metal e o processamento de metais consistiram em conquistas industriais importantíssimas desse estágio, possibilitando aumento na produção em todos os ramos. Dessa maneira, os membros das *gens*, da comunidade doméstica ou família individual tiveram a quantidade de horas de trabalho aumentadas e, por isso, buscaram-se novas forças de trabalho. Os prisioneiros de guerra foram transformados em escravos e passaram a suprir o aumento da produtividade do trabalho. Engels (2019) evidenciou que “*da primeira grande divisão do social do trabalho originou-se a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, espoliadores e espoliados*” (p. 150).

Tais mudanças provocaram alterações também no contexto da casa, principalmente para as mulheres e no que tangia ao trabalho doméstico, que passou a ser subestimado diante do trabalho de subsistência. Engels (2019) afirma que “*a libertação da mulher, sua equiparação com o homem, é e continuará impossível enquanto a mulher for excluída do trabalho social produtivo e permanecer restrita ao trabalho doméstico privado*” (p. 150).

O período seguinte foi marcado pelo advento do ferro, que proporcionou o cultivo de áreas maiores. Outro marco diz respeito ao aumento da riqueza dos indivíduos e à vastidão de atividades. Com esse cenário, as inúmeras atividades

não poderiam mais ser realizadas pelo mesmo indivíduo. Dessa maneira, a cisão de manufatura e agricultura representou a *segunda divisão do trabalho*, trazendo a escravidão para ser parte constituinte dessa configuração econômica, no intuito de suprir o aumento da produção.

Além disso, os metais nobres passaram a ter a função de mercadoria-dinheiro, ainda que sem cunho e sob a forma de seu peso bruto. Essas transformações estruturais da divisão do trabalho agudizaram as diferenças entre os indivíduos, além de ricos e pobres, livres e escravos. A família individual a partir de então se configurou como uma unidade econômica na sociedade. Os ditames das guerras e da opressão, ora dos vizinhos, ora do seu próprio povo, consistiram em fundamentos centrais para sustentar os anseios de riquezas, fazendo com que o trabalho deixasse de ser sustento da vida para ser uma atividade imposta aos escravos.

No contexto de consolidação da civilização, houve o acirramento das diferenças entre campo e cidade e ocorreu a terceira divisão do trabalho, trazendo ao cenário a figura dos comerciantes, responsáveis pelas trocas das mercadorias, espoliando produtores e acumulando enormes riquezas e exercendo influência social. O comerciante tinha sob seu domínio o controle da produção e o poder de estabelecer crises comerciais periódicas. É importante destacar que o *dinheiro de metal* se tornou fundamental no processo de dominação da produção e do produtor.

O fosso da exploração foi aberto pelo dinheiro sob a venda da mercadoria, dos juros, da propriedade fundiária e da hipoteca, gerando riqueza para poucos e pobreza para muitos. Com isso, surgiu a concepção de livres conforme sua riqueza, aumentando o trabalho escravo, sendo este responsável por erguer a estrutura de toda a sociedade em questão. Para legitimar essa dinâmica exploratória e atenuar os antagonismos das classes surge o *Estado*. Nos termos de Engels (2019):

Uma sociedade como essa só podia subsistir na luta aberta e permanente entre as classes ou então sob o domínio de uma terceira força, que, aparentemente situada acima das classes em conflito, abafava o conflito aberto entre elas e permitia que a luta de classes fosse travada, no máximo, na esfera econômica, sob a chamada forma legal (ENGELS, 2019, p. 156).

Sob tal modelo, as relações dessa sociedade estavam impregnadas de contradição, os interesses das classes eram antagônicos e não havia conciliação possível em si mesma. Nessa perspectiva, o Estado, embora oriundo da sociedade, colocou-se acima dela para manter a ordem, tendo como característica uma subdivisão dos cidadãos pautada no *território* e na instalação de *um poder público*. A manutenção desse poder público se deu pelos impostos dos cidadãos e mais tarde somaram-se a eles os empréstimos e dívidas públicas.

Vale ressaltar que o Estado desde sua égide até os dias atuais assume o papel de defender os interesses gerais da classe dominante e as condições de dominação, seja quando agiu para manter o controle dos escravos no Estado antigo, seja dos camponeses servis no Estado feudal ou da espoliação do trabalho assalariado pelo capital no Estado representativo moderno. Engels (2019) ainda evidenciou que *“Há períodos em que as classes em luta mantêm um equilíbrio tão justo que o poder do Estado, na condição de aparente mediador, momentaneamente adquire certa autonomia em relação às duas classes”* (p. 158).

Por outro lado, faz-se necessário pontuar que o Estado não existe desde sempre e somente a sociedade em classe o pôs como elemento fundamental. Para Engels (2019), a extinção desse modelo de sociabilidade colocará fim ao Estado, e a nova dinâmica social da produção estará fincada nas bases da associação livre e igualitária dos produtores.

“Os seres humanos mal tinham começado a praticar a troca quando eles mesmos passaram a ser trocados” (ENGELS, 2019, p. 161). A avalanche das mudanças na sociedade tornou indivíduos em mercadoria e subjugou sua existência em nome da acumulação e riqueza para poucos.

Engels sintetizou a discussão de *Barbárie e Civilização* em linhas gerais nos seguintes aspectos: dinheiro de metal; os comerciantes; a propriedade fundiária privada e hipoteca; trabalho escravo como dominante. Tudo isso reverberou na dominação da mulher pelo homem e da família enquanto unidade econômica da sociedade e o Estado como mecanismo de opressão da classe oprimida e espoliada.

Nesse sentido,

Dado que a base da civilização é a espoliação de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento transcorre em permanente contradição. Todo progresso da produção representa simultaneamente um retrocesso na situação da classe oprimida, isto é, da grande maioria. Todo benefício para

uns é necessariamente um malefício para os outros, cada nova libertação de uma classe leva necessariamente a uma nova opressão da outra (ENGELS, 2019, p. 162).

Por fim, Engels (2019) desafia a não aceitar o que está dado e destaca um trecho de Morgan:

Democracia no governo, fraternidade na sociedade, igualdade de direitos, educação universal inaugurarão o próximo nível mais elevado para o qual a experiência, a inteligência e a ciência tendem sem cessar. *Ele será um reavivamento – só que em forma superior – da liberdade, da igualdade e da fraternidade das antigas gentes* ([Lewis H.] Morgan, *Ancient Society*, [cit.,] p. 552 apud ENGELS, 2019, p. 163).

Referências

ENGELS, Friedrich. 1820-1895. Barbárie e civilização. In.: **A origem da família, da propriedade privada e do estado: em conexão com as pesquisas de Lewis**; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

LEACOCK, Eleanor Burke. Posfácio: introdução à edição estadunidense in ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.